

## O PROCESSO INTERÉTNICO EM UMA FEITORIA QUINHENTISTA NO BRASIL

*Marcos Albuquerque\**

**RESUMO:** No início da colonização portuguesa no Brasil, foi instalada em 1516, por Cristovão Jaques, no litoral norte do Estado de Pernambuco, uma Feitoria, com a função de proteção contra as piratarias, e de servir de entreposto comercial das “riquezas da terra”. A documentação textual embora localize imprecisamente esta Feitoria, em frente a parte sul da ilha de Itamaracá, permitiu se antever a possibilidade de um estudo arqueológico de um dos primeiros contatos interétnicos no Brasil colonial. A pesquisa arqueológica realizada permitiu a localização e o acesso à interpretação de parte desta unidade funcional integrante do sistema colonial português no Brasil. A distribuição espacial do material arqueológico, tanto horizontal quanto vertical, bem como a análise de laboratório, forneceram elementos significativos para o entendimento do contato entre portugueses e indígenas, estes em estágio tribal, bem como do processo de fixação lusitana na área e o gradual desaparecimento das populações nativas.

Século XVI. O mundo europeu prepara-se para enfrentar grandes e significativas modificações nos mais diferentes segmentos que o compunha. Idéias novas, alterações cosmogônicas, ebulição nos meios religiosos que se encontravam relativamente apaziguados com a conciliação entre a razão e a fé, obtida através de Tomás de Aquino em séculos anteriores; a Ciência embrionária confundindo-se com a bruxaria; a estagnação do pensamento criativo, corroborada por franciscanos e dominicanos, mas que desde o século XIII já apresentava conflitos internos, haja vista a previsão de um de seus monges, Roger Bacon, acusado de bruxaria por efetuar experiências físicas e químicas.

Idéias mais arrojadas surgiram no mundo europeu, na segunda metade do século XVI. Idéias como as de Francis Bacon (1561-1626),

\* Universidade Federal de Pernambuco.

que admitia a coexistência entre aspectos materiais e espirituais, ou as idéias de Descartes (1596-1650), que procurava uma concepção global para todas as ciências. Aspectos estes que são de suma importância para a compreensão da época que será tratada, em virtude de suas concepções se apresentarem opostas às de Aristóteles que constituíam-se em um dos sustentáculos da Igreja de então. As novas idéias apresentavam-se de forma incipiente e conflituosa no início do século XVI, momento em que a Europa foi ainda abalada pelas viagens de Marco Polo, Colombo, Cabral, e outras viagens que se sucederam nos primeiros anos do século XVI e desempenharam um papel catalisador no processo de transformação do ideário europeu de então. Transformações que se fizeram notar nas concepções de “mundo”, de “raça”, de “culturas”, de “cosmogonias”. Viagens que vieram a alterar o rumo da economia europeia nos séculos subsequentes.

Iniciava-se, nos primórdios do século XVI, sobretudo com os descobrimentos das Américas, um fenômeno intercultural, que posteriormente daria surgimento à constituição de um “Sistema Mundial”.

A Europa, neste período, já se encontrava em pleno processo de articulação econômica, constituindo-se em um sistema razoavelmente integrado, no qual havia uma trama de relações econômicas entre as diferentes unidades administrativas que emergiram após a queda do Império Romano. Essa trama de relações, que interligava sistematicamente a Europa ao Oriente, não tinha, até então, incorporado as Américas.

Do mesmo modo que se fez uso do conceito de sistema para delineamento de um quadro compreensivo da trama de relações econômicas entre as unidades administrativas que, da Europa ao Oriente, emergem após a queda do poder romano, pode-se focar sob uma ótica sistêmica as relações entre os grupos que até o século XVI ocupavam as Américas. Não se pretende deste modo afirmar ou mesmo propor a existência de uma economia integrada, ou mesmo amplamente articulada, como no caso da economia do Sistema Europeu, mas sugerir que, através do comércio de longa distância, dos deslocamentos de massas, das próprias guerras sistematicamente encetadas, das relações ainda que tênues, entre os diferentes sistemas culturais, abrangendo tribos, estados antigos, ou mesmo envolvendo grupos de caçadores,

constituía-se nas Américas um amplo sistema de domínio das diferentes faixas e patamares ecológicos existentes.

Os grupos humanos que habitavam as Américas, no início do século XVI, apresentavam relações sistêmicas que os deveria manter interligados, embora desvinculados do mundo europeu. Ressalte-se, inclusive, que a obra de Métraux em vários momentos refere-se a contatos intergrupais, nas Américas, que parece sugerir a existências de uma trama de relações mais amplas e diferentes dos modelos mais freqüentemente utilizados pela arqueologia americana. Evidentemente, o Sistema Americano não apresentava, à época do contato com os portugueses, a complexidade do Sistema Europeu de então.

A introdução do elemento europeu, a princípio atingindo apenas a costa americana, para posteriormente se interiorizar, interferiu no conjunto dos sistemas. Os processos de contato foram distintos; variaram não apenas em função dos grupos envolvidos, e do nível de complexidade das culturas, mas ao longo do tempo, à medida que se firmavam os sistemas coloniais e se alteravam as políticas em relação ao indígena.

Dentre as variadas experiências vivenciadas pelo mundo europeu no século XVI, interessa especificamente a este trabalho o início do contato entre os dois mundos, o Velho e o Novo Mundo; entre dois grandes Sistemas, o Europeu e o Americano, que até então coexistiam de forma independente. Contato que, de forma diferenciada, com objetivos móveis ao longo dos séculos que o sucedeu, com estratégias específicas adotadas entre os diferentes subsistemas que interagiram, transformou o Mundo, integrando-o em uma nova ordem de relações que viria posteriormente desembocar em uma complexidade que caracterizaria um sistema novo, o Sistema Mundial.

O Sistema Europeu, representado no Novo Mundo preponderantemente pelos subsistemas espanhol e português, contactou com realidades distintas do Sistema Americano.

O contato hispano-americano incluiu grupos em nível de Chefias e Estados (conforme a classificação proposta por Service em 1962, para estágios culturais), situados principalmente na faixa que se estende do Yucatán aos Andes, e com grupos tribais das Américas, de modo mais amplo, enquanto que os contatos luso-americano foram estabele-

cidos principalmente com tribos e bandos que se localizavam na vertente atlântica da América do Sul.

O Sistema Americano, portanto, configurava-se de forma bastante diferenciada, o que traria reflexos nas relações, nas modalidades de contato estabelecido. Os subsistemas de defesa, socialização, ideológico, etc., dos grupos mais complexos com os quais contataram os espanhóis, diferiam substancialmente dos congêneres encontrados pelos portugueses. As duas distintas realidades, em uma visão macro, estimulariam processamentos diferenciados entre a nova ordem sistêmica que se estabelecia.

Os portugueses, após 16 anos dos descobrimentos, estabeleceram-se na América, no litoral norte do atual Estado de Pernambuco, através da instalação, por Cristovão Jaques, da primeira Feitoria Real no Brasil. O estudo arqueológico da área em que se instalou esta Feitoria, objeto central deste trabalho, reflete a preocupação voltada para o entendimento de um dos primeiros contatos de média duração entre portugueses e indígenas no Brasil, além de representar a oportunidade de avaliação do processo desenvolvido por ocasião dos primeiros contatos permanentes entre europeus e indígenas na costa leste da América do Sul.

### **A feitoria de Cristovão Jaques e o sistema colonial português**

Os primeiros anos após o desembarque de Cabral nas terras americanas, foram marcados por uma ação muito modesta de Portugal. As expedições de reconhecimento da costa, (1501 e 1503), davam conta de que, do ponto de vista do interesse mercantilista, a costa atlântica não apresentava atrativos imediatos. O Tratado de Tordesilhas, que legava a Espanha e Portugal as terras a Oeste de Cabo Verde, confere a estes reinos todo o continente americano.

Envolvido desde o século XV em uma crise interna de crescimento, o aumento da população portuguesa se reflete na ampliação da população urbana, promovendo o crescimento das cidades. Paralelamente, a monetarização da agricultura promovia uma crise rural, com o empobrecimento da aristocracia.

A economia urbana, fundamentalmente relacionada ao comércio, encontrava-se alicerçada nos produtos provenientes do Oriente. Deste comércio resultou a retenção do ouro português, que veio a constituir “os tesouros orientais”, que não tornavam a circular nos meios mercantis. A retenção do ouro no Oriente, associado a monetização da agricultura, conduziu à carência de metais, exigindo de Portugal novas fontes de aporte de ouro. Por outro lado, o comércio de longo curso com o Oriente era dispendioso e onerava consideravelmente os bens adquiridos. Ora, o sistema econômico português, que já era controlado pela burguesia, defronta-se com duas situações extremamente comprometedoras para o seu equilíbrio: o alto custo da mercadoria e o empobrecimento da aristocracia, seu principal consumidor.

O desequilíbrio do sistema econômico português operou como elemento de retroalimentação do mesmo, na busca de um reequilíbrio. Deste modo, desde o século XV, Portugal persegue o objetivo de encontrar novas fontes para o comércio. Este objetivo configurou-se quer pela busca de um acesso menos oneroso para o Oriente, quer pela busca de fontes alternativas para as especiarias, visando ainda a descoberta de metais preciosos.

A nova rota para o Oriente, que contornava pelo mar o sul da África, iria permitir ao sistema econômico português uma alternativa à onerosa rota terrestre. Esta perspectiva atraiu de tal forma as atenções portuguesas que as novas terras descobertas na América foram praticamente relegadas ao abandono.

Em sua dinâmica, entretanto, o Sistema Europeu não compartilhava do desinteresse português. Deste modo, o aparente equilíbrio proporcionado pelo Tratado de Tordesilhas quanto ao domínio das terras americanas é substantivamente abalado, na oportunidade em que outros povos, integrantes do Sistema Europeu e aliados do domínio das Américas pelo referido Tratado, reivindicavam o direito de exploração.

A exploração das terras americanas, pertencentes a Portugal, por parte de outros povos, foi tentada tanto por vias legais como pela ação de flibusteiros que “infestavam” a costa, negociando os produtos da terra com os indígenas.

As contínuas investidas de outros povos, sobretudo franceses, in-

gleses e holandeses, exigiram de Portugal medidas enérgicas no sentido de impedir que outros sistemas incorporassem as terras americanas.

O redirecionamento do sistema de defesa português para incluir a guarda das terras americanas, de certa forma se mostra como um indicador das relações entre o interesse em manter a posse das terras, forçando a necessidade de defesa face à ação insistente dos corsários, e a incapacidade em atender à demanda do comércio com o Oriente. A estratégia de defesa através de expedições de Guarda-Costa, no entanto, não produziram o efeito desejado, o que aliás não deveria ter sido esperado, pois, considerando-se a dimensão da costa que pretendiam defender, o efetivo das expedições, a velocidade de deslocamento das naus, a freqüência com que retornavam, a ausência de equipamentos de rastreamento, etc., não seria possível, do ponto de vista operacional, o bloqueio de ações punctuais. A experiência demonstrou que, tão logo a expedição se afastava, os corsários voltavam a explorar os produtos da nova terra

Com o fracasso das expedições de patrulhamento, a Coroa Portuguesa adota uma nova estratégia, implantando a política de estabelecimento de feitorias, aliás já adotada na Índia. Coube a Cristovão Jaques a Missão da instalação da primeira Feitoria.

A identificação documental do local de instalação desta primeira Feitoria, nos chega através da Carta de Doação de Capitânias de Pernambuco, por D. João III. O referido documento, citado por Gonsalves de Mello em 1969, informa que "... ficará com o dito Duarte Coelho a terra da banda sul do dito rio, onde Cristovão Jaques fez a primeira casa de minha feitoria", e ainda "... a primeira casa de minha feitoria na margem continental do dito rio que cerca em redondo a Ilha de Itamaracá."

Por seus objetivos, a instalação da Feitoria Real em 1516, serviria de entreposto comercial, onde eram concentrados os produtos da terra — a fazenda real —, para serem embarcados através do porto no local.

A documentação histórica, até então levantada, praticamente não dá conta do cotidiano das atividades desenvolvidas na Feitoria. O efetivo que permanecia no local, pouco excedia a uma dezena de homens. Documentos históricos reunidos por Gonsalves de Mello em 1969, permitiram-lhe listar os nomes dos administradores da Feitoria

até o ano de 1535, quando chega Duarte Coelho, primeiro Donatário de Pernambuco, que iria desencadear um processo de ocupação e povoamento das novas terras. Sabe-se ainda, que em consequência dos sucessivos ataques franceses à Feitoria, Pero Lopes de Souza mandou levantar um forte próximo à Feitoria com o objetivo de resguardá-la. Este forte, conforme a documentação resgatada, provavelmente teria sido construído em madeira. A fortificação nas proximidades da Feitoria continua sendo mencionada até a retirada dos holandeses em 1654.

O litoral sul do atual Estado de Pernambuco é mencionado por diferentes documentos do século XVI, antes mesmo da divisão do território em Capitânicas. Condições favoráveis à aportagem, reconhecida desde o início do século XVI, conduziram a que a áreas nas proximidades da Ilha de Itamaracá fosse registrada na cartografia portuguesa, pelo menos já em 1519, no planisfério feito em Sevilha e atribuído a Jorge Reinel, e num dos mapas do Atlas de Lopo Homem de Pedro e Jorge Reinel, cerca de 1519-22.

O “porto de Pernambuco” é assinalado na porção continental, em frente da barra sul do canal que separa a ilha de “Ascensão” (Itamaracá). Próximo a este porto, em 1516, fora mandado Cristovão Jaques erguer “uma casa de minha feitoria” para o “trato do pau-brasil”. Referências cartográficas, bem como documentos textuais, registram a denominação Pernambuco (com variantes) para o porto e algumas vezes referindo-se à baía. O vocábulo é de origem Tupi — possivelmente *Paraná-buc* — furo ou arrebentação do mar, entretanto a ilha foi “batizada” com nome cristão “Ascensão”. Posteriormente fixou-se também para a ilha o topônimo de origem Tupi, Itamaracá. Pode-se inferir pela adoção do topônimo de origem indígena, que já nas primeiras abordagens a estas terras, havia-se estabelecido contato com os indígenas locais, daí o emprego do vocábulo Tupi.

Documentos históricos praticamente não fazem menção à presença indígena nas imediações da Feitoria, entretanto é de se supor que o “trato do pau-brasil” se fizesse com a participação dos indígenas como ocorria em outros portos, seja com portugueses, seja com franceses, algumas vezes referidos como mais hábeis que os nossos descobridores no trato com os indígenas. Deste modo, nesta nova fronteira

da expansão lusitana, pode-se supor que a modalidade de contato empregada, pelo menos de início, seria do tipo comercial e pacífico, onde os índios forneciam aos portugueses os produtos de seu interesse.

As referências históricas, etnográficas e arqueológicas, assim como a confluência lingüística do termo Pernambuco para aquele porto, permitem supor uma maior probabilidade de que os indígenas que teriam participado dos primeiros contatos na Feitoria, fossem Tupi. Por outro lado, relato etno-históricos dão conta de que os índios que compartilhavam a Cultura de Floresta Tropical, na designação de Steward (1948), como se atribui aos Tupi, mesmo antes da influência colonizadora, estavam provavelmente afeitos à prática do comércio, deslocando-se em suas canoas à longas distâncias, levando seus produtos. Deste modo, o contato comercial com os portugueses não estaria completamente fora dos padrões culturais indígenas, o que facilitaria seu estabelecimento.

### **Interesse histórico pela área**

Desde o século anterior vários historiadores têm demonstrado interesse em estudar a região. Uma sucessão de acontecimentos envolvendo este local corroborou para o incremento deste interesse. Dentre eles destaca-se o fato da Feitoria, fundada em 1516, ter servido de referencial para a instalação dos marcos divisórios entre as Capitânicas de Pernambuco e de Itamaracá. Foi ainda neste porto que desembarcou o primeiro Donatário de Pernambuco, como ainda aquelas que o acompanhavam com a missão de dar início ao povoamento da Colônia. A necessidade de garantir a fazenda real armazenada na Feitoria, conduziu Pero Lopes de Souza, em 1532, a mandar contruir um reduto contra os ataques franceses, que por duas vezes a saquearam. Esta construção por seus objetivos, representa o início da implantação de um sistema de defesa da costa brasileira. Por ocasião da ocupação holandesa, a área é novamente fortificada, tendo sido instalado um forte para garantir a passagem da barra dos Marcos, topônimo que persiste ainda nos dias atuais.

Os produtos da terra americana adquiridos pelos europeus através

dos índios, representavam a mercadoria a ser comercializada na Europa e, por outro lado o elemento de ligação entre os dois sistemas. Pelo que se pode apreender da documentação textual, tais contatos não se realizaram de início em área de assentamento europeu nas Américas; deste modo, representava ainda um elo muito tênue entre os dois sistemas. A instalação da Feitoria de Cristovão Jaques em Pernambuco, representa portanto o primeiro assentamento europeu em terras brasileiras, tendo deste modo registrado arqueologicamente o início da implantação do sistema colonial português nestas terras. A possibilidade de localização através da pesquisa arqueológica, deste assentamento, amplia o interesse pelo entendimento do processo estabelecido na área dos “Marcos”, que não mais se restringe aos historiadores. Abre espaço para o acesso a novas fontes, permite a introdução aos estudos dos primeiros reflexos da aculturação produzida pelos contatos euro-índigenas.

Deste modo, o Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação do autor deste trabalho, iniciou em 1967, um Programa de Pesquisa voltado à “Ocupação histórica e contatos interétnicos”, desenvolvido na área.

Os estudos que envolvem o tema da aculturação têm sido desenvolvidos desde o final do século passado. Sobretudo no campo da Antropologia, a vasta gama de pesquisas realizadas e os amplos programas desenvolvidos, buscaram a elaboração de uma teoria geral, que abrangesse o conjunto e fenômenos decorrentes dos contatos entre mais de uma cultura. Entretanto, a grande diversidade de culturas que se envolveram em um processo de contato, os diferentes níveis de complexidade das culturas em interação, não permitiu que se identificasse seqüências de comportamento que conduzissem ao estabelecimento de uma teoria mais abrangente, válida para o conjunto de contatos estudados. Antes demonstrou, um quadro verdadeiramente diversificado. Por outro lado, alguns resultados positivos no sentido de reunir características básicas aos fenômenos de aculturação, foram obtidos quando se tentou decompor o conceito de aculturação em categorias operacionais, ainda que limitadas.

Embora os estudos relacionados à aculturação tenha, desde o início, se voltado principalmente às questões coloniais e às resultantes do contato direto entre os povos locais e o europeu, a amplitude deste

tipo de fenômeno é bem mais abrangente, e pode ser entendida tanto no sentido das interrelações entre povos europeus, quanto naquele, entre distintos grupos que ocuparam o continente americano no século XV ou mesmo a 3.000 a.C.

As transformações no processo histórico dos grupos humanos nativos das Américas, produzidas pela chegada de europeus no Novo Mundo, têm sido freqüentemente mencionadas tanto em estudos históricos, quanto arqueológicos. Entretanto, no estudo das relações entre europeus e indígenas, têm merecido atenção diferenciada aquelas que envolvem os estados antigos americanos e o sistema colonial espanhol, ainda que os estudos envolvendo outros impérios coloniais, estejam sendo também desenvolvidos.

De fato, o estudo do processo de transformação do modo de vida dos grupos americanos sob influência dos sistemas culturais europeus tem mostrado resultados diferenciados. A adoção de elementos do modo de vida europeu é bastante diferenciado entre os grupos americanos, e por vezes atinge mais efetivamente apenas parte de sua estrutura.

Pode-se observar que existe uma significativa diferença entre os contatos estabelecidos sob orientação religiosa e aqueles promovidos por leigos. Mesmo que as instituições religiosas tenham agido sob os auspícios das instituições governamentais, as diferenças de interesse, de objetivos a serem alcançados entre umas e outras é evidente. Foi assim na orientação dos contatos dos espanhóis com as culturas sul-americanas, em comparação com as missões dos Sete Povos, por exemplo. Evidentemente, este exemplo abrange grupos de complexidade cultural notadamente diferenciada, e que se enquadrariam em categorias teóricas de contatos distintos. Entretanto, o processo de secularização das missões evidencia a distinção entre os objetivos de uns e de outros.

Os efeitos dos contatos através do processo de aculturação dirigida, promovido pelos espanhóis, tem sido objeto de estudo integrado de diferentes áreas. Sobretudo as missões franciscanas da Califórnia têm sido objeto de um amplo programa de pesquisa envolvendo estudos etno-históricos, antropológicos e arqueológicos. Por outro lado, não se tem estabelecido um programa de estudos especificamente voltado ao processo de mudança cultural entre os grupos americanos do

sul, promovidos pela ação colonial portuguesa. A classificação esquemática do processo de aculturação nas Américas, proposta por Service (1955), está fundamentalmente alicerçada no quadro atual das populações e sistemas culturais sul-americanos. Está voltada basicamente para o mundo espanhol da América, entretanto, muitos de seus conceitos poderão ser válidos para aplicação no mundo lusitano.

A ação portuguesa em relação aos grupos indígenas variou em seus métodos ao longo do espaço, e sobretudo ao longo do tempo. Uma sucessão de postos comerciais, militares e religiosos foram utilizados, isolada ou conjuntamente, ampliando as fronteiras do sistema colonial português. Variou, ainda, em função dos objetivos buscados e da estratégia empregada nos diferentes casos. Ao que parece, a intensidade das reações ao contato, nem sempre esteve em relação direta com a proximidade física dos grupos, ou seja, não se restringiu ao contato direto entre os grupos americanos e europeus. Posey (1987) estudando a transmissão indireta de doenças européias entre grupos que não tinham sido contatados, chama a atenção para os efeitos da interferência a longa distância. Ou seja, o contato indireto, quer por via de outros grupos, quer aqueles em que os animais seriam transmissores indiretos de doenças, e que teriam promovido fortes repercussões na densidade populacional de grupos não contatados diretamente.

Embora muitos pesquisadores se tenham ocupado em estudar as conseqüências da introdução da cultura européia através de portugueses no Brasil, os estudos relativos ao processo de mudança cultural não foram ainda significativamente desenvolvidos.

No Brasil, áreas como a Etnologia, a Arqueologia e a História, que tradicionalmente desenvolvem tais estudos, parece que buscaram se ater a momentos distintos entre si: a História ocupando-se primordialmente com a sociedade colonial, pouca atenção emprestando às sociedades nativas; a Etnologia centrando a atenção nas sociedades indígenas, buscando sobretudo entendê-las em si próprias; a Arqueologia em parte, voltada às sociedades indígenas e suas distribuições espaço-temporais e em parte, voltada aos sítios históricos, enfocando a sociedade colonial. Tem-se ainda um pequeno número de estudos arqueológicos voltados para os contatos entre as sociedades colonial e indígena.

## A pesquisa arqueológica

Os estudos de aculturação do Brasil, sob o enfoque arqueológico tem dado maior ênfase a aspectos relacionados à dispersão ou difusão de traços culturais, mormente a cerâmica, entre grupos indígenas. A questão da mudança cultural sobretudo sob uma ótica histórica, não se encontra ainda em um estágio que permita maiores inferências a nível de generalizações. Por outro lado, os estudos de arqueologia histórica, envolvendo momentos de contato entre europeus e indígenas são ainda restritos, embora um pouco mais concentrados no campo da aculturação dirigida, promovida através de missões religiosas.

O estudo arqueológico da Feitoria de Cristovão Jaques, em se tratando de um assentamento do colonizador, aborda uma das vias do processo de aculturação. Ou seja, o processo de mudança imposto aos portadores do modo de vida europeu sob o impacto do contato com o Novo Mundo.

O estudo preliminar da área dos Marcos para o desenvolvimento de escavações arqueológicas, foi abordado através de um trabalho comparativo entre a documentação histórica e a avaliação das condições geo-ecológicas da área. O estudo da documentação reunida, permitiu buscar-se pontos de conexão entre dados relativos à área no período da Feitoria, e a feição que apresentava no momento das prospecções.

Inicialmente, com base nas informações textuais, buscou-se avaliar, em termos das condições naturais, as áreas passíveis de terem sido utilizadas para a instalação da Feitoria.

A margem continental do canal de Santa Cruz, nome como é ainda hoje conhecido o canal que separa a Ilha de Itamaracá do continente, (rio de Pernambuco, como é algumas vezes referido na documentação histórica), representa uma costa baixa, assinalada na cartografia geomorfológica atual como sendo um terraço recente de origem marinha. As baixas costas que apresenta e o sistema de drenagem que corta a área, transformam-na em uma área que se mostra em grande parte paludosa, povoada por uma vegetação de mangue. Por outro lado, o estudo da dinâmica litorânea permitiu a definição das áreas passíveis de terem sido utilizadas como porto. O canal propriamente dito, ou seja, a faixa de águas mais profundas, se estende aproximadamente da porção média

entre a ilha e o continente à altura da barra, mantendo esta posição no sentido oeste. Este canal afasta-se do continente à altura da desembocadura do rio Igarapé, para em seguida aproximar-se da costa continental, em um trecho de aproximadamente 400 metros, momento em que começa a assumir a direção Norte. Nesta direção, prossegue contornando a Ilha, distanciando-se do continente. Aparentemente confusa, a sua identificação, bem como a sua navegação, inclusive por barcos de maior calado, é extremamente simples para os conhecedores da região.

O trecho do litoral em que o canal se encontra afastado da costa, tanto na ilha quanto no continente, apresenta-se coberto por um depósito de grã muito fina, de pouca profundidade, emergindo nas marés baixas. A cartografia da época identifica esta áreas como “baixios”, portanto inadequados para a aportagem.

Após o reconhecimento cartográfico/textual da área, foi desenvolvido um levantamento de campo que estendeu-se ao longo do litoral, no sentido Norte/Sul, abrangendo uma faixa de 400 metros de terra firme à borda do Canal.

Esta prospecção inicial objetivou a identificação de vestígios arqueológicos que remontassem ao século XVI, bem como a localização do marco divisório das Capitanias. Esta tarefa apresentou resultados positivos no trecho em que, do ponto de vista geomorfológico, atenderia à condição de porto buscada pelos portugueses. O desbarrancamento produzido pelas águas do Canal, punha à mostra farto material arqueológico proveniente de dois sistemas culturais distintos: o português e o ameríndio. Face a esta constatação, o local foi selecionado para o procedimento de escavações sistemáticas, que foram realizadas em 1967 (Albuquerque, 1969, 1982, 1984).

As escavações arqueológicas revelaram, através da análise estratigráfica e do material arqueológico, que se tratava de um sítio no qual as camadas mais profundas registraram um contato interétnico que remontava ao século XVI. Um outro ponto também evidenciado com as escavações, é o fato de que a sua ocupação se prolongou pelo século subsequente, atingindo possivelmente o século XVIII, momento em que o sítio teria sido abandonado, não se evidenciando registro de uma ocupação posterior de assentamento no local.

Com base na análise do registro arqueológico, pode-se observar

que, quando da chegada dos portugueses na área, o terraço sobre o qual se instalaram, apresentava uma cota mais baixa, em média cerca de 2 m. Por outro lado, observou-se ainda que possivelmente este terraço se prolongava em direção ao canal, mostrando-se mais largo cerca de 5 m. Em muitos pontos do terraço, o arenito que lhe servia de base se encontrava aflorante. A análise da estratigrafia do sítio, do ponto de vista da sua formação, demonstrou que a área se constitui em um local de acumulação recente, não tendo entretanto, origem marinha, como assinala a cartografia geomorfológica atual. Sua classificação geomorfológica como terraço marinho é perfeitamente compreensível, considerando-se a generalização empregada à escala em que a área foi mapeada. Entretanto, a constatação de uma origem continental do sedimento que constitui aquela porção do “terraço”, assume um interesse particularmente importante na análise do processo de instalação dos portugueses. Evidentemente, ao se analisar a distribuição vertical dos elementos do conteúdo do sítio, chama a atenção, o fato de um material arqueológico datado de cerca de 476 anos BP, esteja sob um pacote sedimentar de aproximadamente 2 m, em alguns pontos. A posição de acamamento do conjunto dos artefatos naquela profundidade, exclui a possibilidade de uma migração vertical dos mesmos. Também, a correspondência entre a seqüência estratigráfica registrada para as peças, e a cronologia reconhecida para os artefatos, conduzem a afastar-se a possibilidade de que a migração vertical das peças as teria levado a descender até a profundidade registrada, que em alguns pontos atinge o arenito. Descartada a hipótese de migração das peças, há que se admitir que o pacote sedimentar se teria formado entre os séculos XVI e XX; e explicar o fator que teria levado a desencadear o incremento na velocidade do processo morfogênético.

Considerando-se alguns elementos relacionados às práticas de comportamento que podem ser inferidas através da documentação textual, pode-se admitir que a instalação do elemento europeu em uma determinada área era acompanhada por uma prática de desmatamento, seja para o uso da madeira para construção, seja para o uso de lenha como combustível, ou seja ainda para simplesmente afastar de seu assentamento “o perigo na proximidade com a mata” (Freyre, 1961). Possivelmente a aceleração do processo sedimentar que constituiu o

pacote estratigráfico do sítio, deve-se ao desencadeamento do processo erosivo das encostas que circundam a área, provocada pelo desmatamento. A diferença de coloração e de textura entre o material depositado no sítio e aquele das encostas pode ser explicada pela ação de um transporte seletivo, associado à lixiviação, processo semelhante ao que é referido para a formação da Série areias brancas (Mabesoone, 1975).

A identificação do processo de agradação da ordem de dois metros ao longo de pouco mais de quatro séculos representa uma importante contribuição da Arqueologia para a avaliação dos primeiros impactos da ação colonizadora sobre o meio ambiente americano. O estado de equilíbrio relativo, ou seja, a velocidade de modificação geomorfológica atuante na área sem interferência do elemento europeu, é de imediato transformado sob a ação dos machados de ferro que desmatam uma ampla área.

Do ponto de vista da distribuição dos artefatos, não existem evidências de que no local houvesse anteriormente um assentamento exclusivamente indígena. Ou seja, a área não corresponde ao local de habitação de grupo indígena, em período anterior à chegada dos portugueses. Por outro lado, o material que atesta a presença européia na área não aparece nos níveis mais antigos isoladamente. Os níveis mais profundos revelam em toda área escavada a coexistência de material indígena com aquele dos colonizadores. Essa coexistência se prolonga em direção à superfície, ainda que apresentando uma proporção diferenciada entre os dois grupos de artefatos. O material de origem indígena, e aquele de origem colonial de distribuem ao longo do tempo, revelando a redução gradual do material indígena e o incremento absoluto e relativo do material colonial, até o completo desaparecimento do material indígena, antes mesmo de se atingir os níveis mais recentes.

Em termos das estruturas arquitetônicas presentes no sítio, observou-se a quarenta centímetros de profundidade a existência de um alicerce em pedra e cal. Quase toda estrutura corresponde a uma mesma unidade arquitetônica, apresentando uniformidade quanto ao material utilizado e à técnica empregada. Apenas um trecho de estrutura foi identificado como de construção diferente da primeira, mais recente. Representa possivelmente uma reforma na estrutura anterior. O

material utilizado na construção da estrutura mais antiga, inclui além de pedra consolidada por argamassa de cal, fragmentos de telhas. A estrutura mais recente além do material citado inclui ainda fragmentos de tijolos. Observa-se ainda uma nítida diferenciação nas argamassas de cimentação, ainda que em ambas se tenha utilizado de cal proveniente da calcinação de conchas de moluscos. Pode-se observar conchas que escaparam à trituração, em meio da argamassa. Vale salientar que, segundo a documentação histórica, as construções portuguesas em Pernambuco, sobretudo no século XVII caracterizavam-se pelo uso da taipa e da pedra rejuntada com cal. O uso do tijolo, foi pouco significativo no conjunto, a ponto de ter sido o emprego de tijolos utilizado como elemento de distinção entre as construções holandesas e portuguesas. Por outro lado, com base na iconografia, percebe-se que o uso da telha de barro cozido se fazia presente mesmo nas construções de taipa. A palha era ainda utilizada na cobertura deste último tipo de construção. É com a presença holandesa em Pernambuco que se difundem as construções em tijolos, que inicialmente eram importados da Europa e posteriormente produzidos em maior escala na região. Vale salientar que o mapa de Moreno, de 1609, em que relaciona as praças fortes do Brasil, assinala na Ilha de Itamaracá, uma olaria, entretanto, não faz menção à fortificação que teria sido levantada por Pero Lopes de Sousa para garantir a Feitoria. Também não menciona a Feitoria. Segundo a documentação textual, dois tipos de construção teriam sido edificadas na área: a Feitoria e o forte.

Os alicerces em ruína evidenciados pelas escavações arqueológicas não representam a totalidade da estrutura original. O alicerce da parede sul, no sentido leste-oeste foi em parte removido, bem como foi removido parte dos alicerces das paredes norte e oeste. No seu conjunto a estrutura permite identificar dois vãos de 13 e 33,75 m<sup>2</sup>, respectivamente; entretanto apesar das mutilações pode-se observar que a estrutura continuava em direção ao canal. Não é possível ainda um diagnóstico seguro quanto à função da estrutura representada pelos alicerces exumados, face às mutilações que lhes foram imputadas. Entretanto, considerando-se a disposição e amplitude dos vãos, não se deve afastar a hipótese de tratar-se de um reduto. O fato dos alicerces terem sido em parte removidos, pode-se atribuir a uma prática comum

de re-utilização do material de construção. Esta mesma prática pode justificar o fato de os alicerces não estarem à superfície, mas a 40 cm de profundidade.

## **Reflexos do contato através do material arqueológico**

A análise do conteúdo do sítio arqueológico permite se inferir que por ocasião da instalação da Feitoria, o local escolhido não correspondia a um assentamento indígena. Entretanto, haveria habitações indígenas nas proximidades e possivelmente o contato entre europeus e indígenas precedeu a implantação da Feitoria. Tais contatos devem ter sido amistosos, vez que além de não haver menção nos documentos a conflitos com os indígenas, a associação entre o material indígena e o colonial já nas camadas mais antigas reflete um possível intercâmbio entre os grupos. A análise do conjunto do registro arqueológico reflete ainda alguns aspectos relacionados ao processo de aculturação. Inicialmente observa-se que existe uma uniformidade tecnológica no conjunto de cerâmica utilitária portuguesa (produzida em argila). As variações observadas se refletem apenas na incidência proporcional das formas. Não se tem indícios de que a cerâmica colonial tenha sido em qualquer momento de fabricação local, antes sugere, que tenha sido aportada da Europa. A cerâmica indígena, entretanto apresenta algumas variações em termos tecnológicos. Estas alterações não são de caráter brusco, antes se apresentam de modo gradual. São determinadas por alterações em operações essenciais, o que resulta em uma perda gradual na qualidade do produto à medida que se prolonga o contato. Entretanto, esta perda de qualidade não reflete necessariamente uma tentativa de assimilação de padrões portugueses, seja na forma, seja na decoração. Reflete-se sobretudo através do que se poderia chamar de um declínio no esmero, na elaboração do vasilhame; a cerâmica se tornou mais grosseira.

Um outro aspecto a ser considerado em termos das relações interculturais, está relacionado à função dos vasilhames indígenas resgatados no sítio. A maior incidência recai sobre as formas de contenção de alimento sólido. São tijelas quadrangulares e circulares com decoração

pintada sobre a superfície interna. A cerâmica funcionalmente relacionada ao consumo de alimentos, sobretudo de consumo individual, mostra-se com incidência pouco significativa. Estas observações permitem inferir que a presença de vasilhame indígena no assentamento português estivesse relacionado ao aporte de víveres como a farinha de mandioca, elemento-base de carboidratos de grande parte do sistema da cultura de floresta tropical. Vasilhames relacionados à preparação de alimentos também estão presentes. Formas relacionadas ao consumo ou a contenção de água, tanto no conjunto da cerâmica colonial, quanto no da cerâmica indígena, praticamente não foram registradas.

A análise comparativa das vasilhas de origem indígena e colonial mostra que no período inicial do contato as formas introduzidas pela sociedade indígena, no caso, no assentamento português, funcionalmente não se mostram complementares, ou seja, são destinadas a mesma função. O número restrito da cerâmica colonial em relação à indígena pode refletir uma certa escassez de vasilhame entre os poucos que ficaram, daí a utilização da cerâmica indígena. Pode ainda significar a presença de um número de índios junto a Feitoria, superior ao número de portugueses. Uma outra alternativa, e que foi mencionada anteriormente, seria a de que, sobretudo as vasilhas de contenção de sólidos (tijelas), viessem como *container* de alimento, não se tratando ela em si do objeto de troca, mas o próprio alimento.

Um outro aspecto a ser considerado é o fato de não se observar influências tecnológicas portuguesas na cerâmica indígena. Dois fatores poderiam ter concorrido: 1) a atividade ceramista vincula-se a uma especialização do artesão; possivelmente o reduzido número de portugueses ali sediados não incluía um oleiro ou, mais ainda, as atividades desenvolvidas pelos portugueses na Feitoria não incluíam a elaboração da cerâmica doméstica. 2) as possíveis tentativas de aproximação da cerâmica indígena aos padrões da cerâmica portuguesa, incluíam alterações nas operações essenciais, requerendo portanto um maior período de ajuste da técnica para produzir unidades compatíveis com o processo de troca. Portanto se houve a tentativa, esta não atenderia de imediato aos padrões para serem utilizadas nas trocas.

A função de entreposto comercial desempenhada pela Feitoria, representava um primeiro passo para a integração do Novo Mundo

português à economia do sistema mundial. Este sítio, no entanto, não fornece dados diretos acerca da interferência do contato no sentido de avaliar-se efeitos sobre as culturas locais pela integração ao sistema. Do ponto de vista europeu, esta integração parece ter tido naquela ocasião um caráter bastante frouxo, flutuante mesmo, vez que encontram-se referências que dão conta de que a interação indígena se alterna entre portugueses, outros grupos das unidades do sistema europeu principalmente franceses. Esta alternância é registrada em um mesmo ponto do litoral, o que permite supor que os contatos portugueses e franceses, no caso, tenham sido estabelecidos com o mesmo grupo.

As referências textuais destacam que o principal objetivo comercial português seria o pau-brasil, “feitoria para o trato do brasil”, entretanto, não teria sido este o único elemento adquirido pelos europeus.

No caso do contato com os franceses, Pereira da Costa (1985) registra que “A nau La Pelerine partiu conduzindo um importante carregamento, que montava em cinco mil quintais de pau-brasil, trezentos de algodão, seiscentos papagaios, três mil peles de animais, trezentos macacos e muitas outras bugiarias”.

Entretanto registra também que “a nau entrou pela barra do rio Jussará, ou Santa Cruz, fundeou em frente à ilha de Itamaracá, e desembarcando a sua gente apossou-se da feitoria de Pernambuco, apenas guarnecida por seis homens, os quais auxiliados por alguns índios, procuraram contudo, opor-se ao desembarque dos franceses”. Estas referências oferecem duas vertentes a serem observadas. A primeira delas, o fato de “índios lutarem contra franceses” e de imediato, índios negociarem com franceses: a luta teria se dado em defesa da Feitoria, tendo sido os portugueses aprisionados (não se faz referência quanto aos índios) e o comércio estabelecido na segunda. Ao se analisar a proximidade entre os dois pontos, há que se admitir que os índios mencionados em ambos os episódios, integrariam o mesmo grupo cultural, possivelmente a mesma aldeia. Os dados etnográficos e etnohistóricos referentes aos Tupi da costa, permitem supor que mais de um grupo não deveria manter-se em tal proximidade. O sistema agrícola desenvolvido pelos grupos de Floresta Tropical exige um amplo espaço territorial, não apenas para a agricultura, mas ainda para as

atividades de coleta de caça, que a completam. Deste modo, deve-se admitir que o território em áreas tão próximas não fosse ocupado por mais de um grupo, mesmo que compartilhassem o mesmo sistema cultural (diferentes aldeias de um só grupo). A ocupação de um mesmo território geraria conflito decorrente da concorrência pelos mesmos interesses. No caso de relacionarem-se a sistemas culturais diferentes, a concorrência ainda assim se evidenciaria. Ademais, são freqüentes as referências às disputas territoriais dos Tupi.

O segundo ponto que chama a atenção nos registros de Pereira da Costa, diz respeito aos produtos embarcados pelos franceses através da negociação com aqueles índios. Observa-se que são produtos que no seu conjunto não deveriam ter sido obtidos pelos índios em uma mesma região. No caso do pau-brasil, sua dispersão geográfica é mais ampla. Entretanto, o algodão que representa um volume significativo no conjunto da mercadoria embarcada, corresponde a um cultivo de regiões menos úmidas que a Mata Atlântica. Seria este algodão proveniente do agreste ou mesmo do semi-árido. Esta questão se vincula a uma outra em termos de área de abrangência do território tribal. Mesmo admitindo-se a grande extensão territorial de um domínio tribal, referências históricas e etnográficas mostram uma multiplicidade de grupos que se distribuíam na faixa hoje abrangida pelo estado de Pernambuco, entre as zonas de mata e o semi-árido. Deste modo, há que se considerar a possibilidade de que a totalidade dos produtos trazidos para comercialização com os portugueses fosse obtida em mais de um grupo. Os produtos poderiam ser trazidos aos portugueses por cada um dos grupos, ou obtidos em cada um, através do grupo que mantinha o contato com os europeus no litoral. Em ambos os casos seria necessário que houvesse uma relação pacífica entre os grupos. No caso de aporte por apenas um grupo, se estaria evidenciando o sistema de trocas (comercialização) entre os grupos indígenas locais.

Um outro ponto que merece maiores reflexões diz respeito ao volume de mercadorias embarcadas. No caso da Feitoria servindo de entreposto, em que poderia-se armazenar os produtos, pode-se admitir uma estocagem gradual, por um período mais prolongado. Neste caso, há que se considerar a amplitude do local de estocagem, visto que esta

área litorânea é úmida, sujeita a um período de chuvas em torno de seis meses. Entretanto, no caso das embarcações que eventualmente aportavam, em se considerando que apenas um grupo em cada local fornecia os produtos da terra aos navegadores, como se poderia explicar o volume de algodão, por exemplo, que era embarcado. Tal volume seria o excedente de apenas um grupo?

### Considerações finais

A experiência portuguesa de contato com outros povos, outras sociedades, outros sistemas culturais, era à época já bastante ampla. A exploração de novas rotas marítimas, o próprio contato mercantilista os enriqueciam de experiências na abordagem intercultural. Experiências que se refletiam na capacidade de identificar e manipular os elementos culturais do grupo contatado que lhes fosse de seu interesse.

As estratégias de alianças com alguns grupos, visando o fortalecimento de seu subsistema de defesa, a adoção de elementos fundamentais do subsistema alimentar americano, como é caso da mandioca, e até mesmo integrando o indígena ao seu subsistema de reprodução, são elementos dignos de destaque para o melhor entendimento do Sistema colonial português.

Embora que de forma incipiente, alguns dados obtidos tanto através da documentação textual, quanto através das pesquisas arqueológicas, parecem sinalizar no sentido de uma melhor compreensão desse processo intercultural.

O conhecimento do Novo Mundo, permitiu uma maior ebulição no ideário do Sistema europeu, refletido de forma direta no Sistema português. O mundo conhecido tornou-se maior. A cartografia foi reescrita. A economia mundial foi ampliada. O sistema americano foi completamente redirecionado em seu processamento e objetivos ao integrar-se ao Sistema mundial.

A Feitoria de Cristovão Jaques, como entreposto comercial, parece ter sido um forte elo de ligação inicial entre os dois grandes sistemas. O português ao instalar esta Feitoria parece ter obedecido a um cuidadoso estudo da ambiência. Estudo que não descurou dos as-

pectos hidrográficos, incluindo a localização do porto. Localização inclusive que demonstra ter havido preocupação com sua posição estratégica, tanto sob a ótica militar como do ponto de vista do suprimento alimentar local.

A Feitoria por seus próprios objetivos constitui-se em um local nitidamente de contato entre os dois sistemas. O cotidiano deste contato não deve ter contado com um grande efetivo português, pelo contrário, parece que a fase inicial de instalação da Feitoria foi marcada por um reduzido contingente, cuja debilidade de defesa não lhes permitia fazer face aos ataques corsários.

Um importante aspecto que deve ser considerado, é o fato de que o efetivo português que instalou a Feitoria não representava uma unidade social do complexo português. Não se constituía efetivamente sequer em um segmento operacional de nenhum subsistema português, que se caracterizasse pela auto-suficiência, mesmo considerando os sucessivos contatos com naus oriundas da Europa. Ou seja, os fundadores da Feitoria não constituíam grupos familiares, religiosos, militares, que possuíssem operacionalidade funcional. Havia lacunas funcionais em todos os subsistemas básicos. A alimentação não poderia ser suprida apenas pelo armazenamento de víveres e pelo improvável reabastecimento regular oriundo da Europa. A produção local de alimentos, através da agricultura, não parece plausível, pelo menos no início da fixação portuguesa na América, em decorrência da incompatibilidade entre seus conhecimentos agrícolas, com base na experiência ibérica, e a nova realidade edafo-climatológica encontrada nos trópicos americanos. A defesa do local ocupado não teria sido possível caso tivesse havido uma recepção hostil por parte dos indígenas. Seria pouco provável que uma dúzia de homens, equipados com armas portáteis de carga avante, portanto de difícil e lento remuniamento, conseguisse contrapor-se aos numerosos guerreiros indígenas, mesmo que armados com os recursos bélicos compatíveis com o nível tribal.

Do ponto de vista da sociedade indígena, os contatos comerciais desenvolvidos com os europeus no início da colonização, necessariamente promoveram alterações em seu sistema. Estas alterações possivelmente não se restringiram ao nível do grupo efetivamente contatado, mas provavelmente estenderam seus reflexos a pelo menos parte

do sistema americano. Ora, se havia um fluxo de produtos de intercâmbio entre os grupos, se a amplitude territorial se estabelecera com base nas necessidades dos grupos, na sua capacidade de explorar e garantir seu domínio, a entrada no sistema de um novo fator — a demanda européia dos produtos da terra — exigiria necessariamente uma nova ordem de fluxo ou mesmo, talvez, de domínio territorial para a aquisição dos produtos a serem negociados. Forçaria novas relações de trocas entre os grupos e possivelmente ainda não alteração no quadro dos produtos procurados e do próprio volume destes produtos. A própria ordem interna do grupo contatado seria necessariamente afetada, possivelmente através de no mínimo uma reorganização das funções individuais. Esta reorganização afetaria secundariamente as relações entre os diferentes subsistemas do grupo, promovendo possivelmente um maior afluxo de energia para os subsistemas mais diretamente envolvidos com o contato.

Os estudos voltados aos processos de aculturação via de regra preocupam-se inicialmente com o levantamento das formas de contato. Grande parte dos estudos relativos aos contatos interétnicos nas Américas, centra suas atenções nos efeitos produzidos pelo impacto da cultura européia sobre os grupos indígenas. Este, entretanto, não é exatamente o caso do estudo arqueológico desenvolvido na área dos Marcos. Evidentemente os dados obtidos através deste estudo deverão servir também para o entendimento das reações produzidas pelo contato com o europeu na sociedade indígena; entretanto, o objeto deste estudo é um assentamento europeu em que se tem registro dos primeiros contatos com os grupos locais. Deste modo, ao contrário dos registros em termos dos impactos produzidos na sociedade local, tem-se, neste estudo, o registro das resultantes produzidas pelo contato interétnico na representação da sociedade européia (portuguesa, no caso) assentada no Novo Mundo. Evidentemente esta representação, no caso dos primeiros contatos, da Feitoria em si, é uma representação extremamente fragmentária. Na realidade não representa a sociedade portuguesa da época, mas apenas um pequeno segmento, que necessariamente não poderia representar o conjunto das instituições, das funções desenvolvidas, das atividades, dos subsistemas enfim, que integravam a sociedade portuguesa à época. Por outro lado, também

necessariamente alguns subsistemas estariam aí presentes; assim como a ideologia que os integrava.

Mais que uma relação estritamente comercial, no sentido de aquisição de artigos para o mercado europeu, o contato entre europeus e indígenas neste primeiro assentamento colonial parece se ter estabelecido em condições muito especiais de uma certa dependência do sistema americano.

Este trabalho, longe de pretender ser conclusivo, caracteriza-se mais pelo seu caráter inquiridor. As observações dele decorrentes, trazem naturalmente novas dúvidas, bem como a certeza da necessidade de um direcionamento das preocupações no sentido de um maior entendimento do processo de fixação do Sistema colonial português, integrante do Sistema Mundial e integrador do Sistema Americano à nova ordem sistêmica que se instalava.

ABSTRACT: *The inter-ethnic process in brazil's sex. xv century feitoria.*

— The feitoria was set up in 1516 by Cristovão Jaques in the beginning of Portuguese colonization in Pernambuco northern coast. Its main purpose was to protect the territory from pirates as well as to act as a commercial post where the riches of the land would be traded. Although the available documents have inaccurately placed the *Feitoria on the Southern Face of the Itamaracá Island*. It has enabled us to foresee the possibility of studying one of the earliest inter-ethnic contacts within colonial Brazil. Archaeological research has opened doors to understanding part of a functional unit of the Portuguese colonial system in Brazil. The vertical and horizontal distribution of the archaeological material and its laboratory analysis provided substancial elements which have contributed for the understanding of contacts between Portugueses and natives, the process of Portuguese settlements and the slow and gradual disappearance of the native population.

## Bibliografia

- ALBUQUERQUE, Marcos. *Contato euro-indígena no Nordeste do Brasil: um estudo arqueológico*. Recife, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal de Pernambuco, 1984, 154 p.
- . O sítio arqueológico PE 13-Ln. Um sítio de contato interétnico (Nota Prévía). *Pesquisas, Antropologia* 20:79-91. São Leopoldo, 1969.

- \_\_\_\_\_. Marcos. Subsídios ao estudo arqueológico dos primeiros contatos entre os portugueses e os indígenas da Tradição Tupiguarani no Nordeste do Brasil. *Clio*, Revista do Curso de Mestrado em História, (5):105-116, Recife, 1982.
- FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 3ª edição, Rio de Janeiro, 1961, Livraria José Olímpio Editora.
- GONÇALVES DE MELLO, José Antônio. A Feitoria de Pernambuco (1516-35) e o Reduto dos Marcos (1646-54). Separata da *Revista Estudos Universitários*. 1969 (1), 1969.
- GONÇALVES DE MELLO, José Antônio. *Tempo dos Flamengos*. 3ª edição aumentada, Recife, Editora Massangana, 1987.
- HOOVER, Robert L. Spanish-Native interaction and acculturation in the Alta California Missions. *Columbian Consequences: Archaeological and Historical Perspectives on the Spanish Borderlands West* (vol. 1), 1989, David Hurst Thomas, ed., Smithsonian Institution Press. (Chapter 24, 395-406).
- MABESOONE, J. M. *Sedimentologia*. 2a. edição Recife, Ed. Universidade Federal de Pernambuco, 1983.
- PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. *Annis Pernambucanos 1453-1590*. Fundarpe (Col. Pernambucana 2ª fase, 2), 1985.
- POSEY, Darrell A. Contact before contact: typology off post-columbian interaction with northern Kayapo off the Amazon Basin. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, série Antropologia vol. 3 (2):135-154, Belém, 1987.
- SERVICE, E. R. Indian-European relations in colonial Latin America. *American Anthropologist*, 1955, p. 411-425.
- WACHTTEL, Nathan. *A aculturação*. História: Novos problemas, direção de Jacques Le Goff e Pierre Mora. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1974, p. 113-129.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system. Capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the 16th. century*. New York, Academic Press, 1974, vol. 1.